

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE PELOTAS/RS COM O OLHAR DO TURISMO E DA SUSTENTABILIDADE

The Historical Cultural Heritage of Pelotas/RS from the Perspective of Tourism and Sustainability

MICHELE VASCONCELLOS CHIATTONE¹

RESUMO

A sustentabilidade, contemplando os pilares econômico, ambiental e social, está presente no desenvolvimento de todo e qualquer segmento. O presente trabalho tem como objetivo analisar a gestão do turismo e a sua sustentabilidade, voltados ao patrimônio histórico-cultural da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Quanto à metodologia utilizada, classifica-se como exploratória descritiva e, em relação ao problema, é qualitativa. Como resultado desta pesquisa, conclui-se que embora exista o Plano Municipal do Turismo e o Informe Estatístico do Turismo de Pelotas 2024 que aborda alguns tópicos sobre a sustentabilidade social, não há um planejamento específico quanto a sustentabilidade, focado nos três pilares econômico, social e ambiental, e nem mesmo uma governança adotando as práticas do ESG.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Sustentabilidade; Patrimônio Histórico e Cultural; Pelotas, RS, Brasil.

ABSTRACT

Sustainability, covering the economic, environmental and social pillars, is present in the development of each and every segment. The present work aims to analyze tourism management, and its sustainability focused on the historical and cultural heritage of the city of Pelotas, State of Rio Grande do Sul, Brazil. As for the methodology used, it is classified as descriptive exploratory and, in relation to the problem, it is qualitative. As a result of this research, it is concluded that although there is a Municipal Tourism Plan and the 2024 Pelotas Tourism Statistical Report that addresses some topics on social sustainability, there is no specific planning regarding sustainability focused on the three pillars economic, social and environment and not even governance adopting ESG Practices.

KEYWORDS

Tourism; Sustainability; Historical and Cultural Heritage; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil.

INTRODUÇÃO

O tema patrimônio histórico vem aumentando sua abrangência, atraindo o interesse e intrigando diversas pessoas a viajar pelo mundo, para presenciar a herança de outros povos. Pelos atrativos históricos e culturais que fazem parte do seu patrimônio, as cidades se destacam

¹ Michele Vasconcellos Chiattonne – Mestra. Professora na Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6993119921691938> E-mail: michelechiattone@yahoo.com.br

para o turismo cultural, levando milhões de pessoas a viajar para conhecê-los. O turismo patrimonial surge como um fenômeno de consumo cultural, institucionalizado político e juridicamente por ações de preservação e conservação. As ações políticas projetam esse fenômeno, que expressam os lugares como espetáculos, seu valor histórico idealizado como patrimônio da cidade (Teobaldo, 2010).

O turismo, quando praticado de forma responsável e consciente, pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões. No entanto, é fundamental que a atividade turística seja conciliada com a preservação do meio ambiente e o respeito às culturas locais. Para alcançar um turismo sustentável é fundamental a adoção de práticas que promovam a valorização cultural, garanta benefícios equitativos para as comunidades locais e minimizem os impactos ambientais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Sustentabilidade, conforme Elkington (2012), é o princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações. Segundo o autor, a pauta dos três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental – está se consolidando e tem como principal e mais desafiadora tarefa, a disseminação coordenada, para garantir a eficiência e a efetividade no uso dos recursos. Nesse contexto, Barbieri (2022) apresenta que os desafios mais importantes do tripé da sustentabilidade não se encontram no interior de cada pilar, mas entre eles, o que corresponde às áreas de intersecção.

Em 2022 foi lançado um trabalho pioneiro no Brasil, a *Prática Recomendada: ABNT PR 2030: Ambiental, Social e Governança* [ESG], um guia completo para que empresas de todos os portes avaliem seu desempenho ESG, definam estratégias de sustentabilidade e contribuam para o desenvolvimento sustentável (ABNT, 2022). O ESG pode ser definido, de acordo com ABNT PR 2030 (2022, p. 14), como “um conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis”. O turismo, ao integrar os princípios ESG, encontra na governança um instrumento essencial para promover o desenvolvimento sustentável das destinações. A governança garante a participação de todos os atores envolvidos, contribuindo para a criação de destinos mais justos, resilientes e competitivos.

A cidade de Pelotas, situada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, possui um conjunto arquitetônico cultural riquíssimo (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2022), reconhecido como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e como Patrimônio Cultural em nível estadual. Os bens arquitetônicos pelotenses, de forte influência europeia, integram-se como um dos maiores do país em estilo eclético, em quantidade e qualidade, com 1.300 prédios inventariados. Ademais de seu patrimônio, Pelotas também é reconhecida por sua doçaria tradicional, de herança portuguesa, levando a que as tradições Doceiras da Região de Pelotas fossem reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil (IPHAN, 2018).

Nessa condição, ao atrair turistas em busca de experiências culturais, o município demonstra a necessidade de adotar práticas de governança ESG para garantir o desenvolvimento sustentável do destino e a preservação do patrimônio cultural local. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é o de analisar a gestão do turismo e a sua sustentabilidade voltada para o patrimônio histórico-cultural da cidade de Pelotas. O estudo justifica-se pois, ao gerir o turismo de uma cidade com base na sustentabilidade, é fundamental para garantir a preservação de seus bens, a valorização de sua comunidade local e a satisfação dos seus visitantes. O ESG tem se tornado um pilar fundamental para o setor turístico. Essa abordagem busca garantir que as atividades turísticas sejam realizadas de forma responsável, considerando os impactos ambientais, sociais e de governança.

REFERENCIAL

Turismo - O turismo é uma das atividades que mais tem crescido no mundo, o turismo internacional movimentando anualmente cerca de 700 milhões de pessoas, no início do século XXI (AMBITUR, 2023). Conforme a Ambitur, reportando a dados recentes da Organização Mundial do Turismo [OMT], o turismo internacional está prestes a recuperar em quase 90%, os níveis anteriores à pandemia, estimando-se que 975 milhões de turistas viajaram internacionalmente entre janeiro e setembro de 2023, o que representa um aumento de 38% face a iguais meses de 2022. De acordo com o secretário geral da OMT, Zurab Pololikashvili, os dados da OMT mostram que o turismo internacional se recuperou quase por completo da crise pandêmica Covid-19, com muitos destinos alcançando ou mesmo superando as chegadas e as receitas anteriores à pandemia. O secretário ainda destaca que isso é fundamental para os destinos, as empresas e as comunidades para as quais o setor seja importante fator de sustento (AMBITUR, 2023).

O Brasil também se restabeleceu do período de pandemia. Segundo a Embratur (2024), o país recebeu, em 2023, um número de turistas internacionais nos mesmos patamares do período anterior a pandemia Covid-19, visto que, no acumulado dos 12 meses, registrou a entrada de 5.908.341 visitantes do exterior. Esse número é 3% superior à estimativa da OMT para o Brasil, e 62,7% maior que o acumulado de 2022, quando o país recebeu 3,6 milhões de turistas. Em 2019, foram 6,3 milhões de estrangeiros. Ainda conforme a Embratur (2024), os estados que registraram a maior entrada de turistas foram São Paulo, com 2.107.179, Rio de Janeiro, com 1.192.814, Rio Grande do Sul, com 1.000.909, Paraná, com 791.536, e Santa Catarina, com 288.429. A principal via de acesso foi aérea, com 3.794.260 de entradas, seguida pela terrestre, com 1.923.243 (Embratur, 2024).

O Ministério do Turismo (2024) relata que o turismo nacional segue em ascensão. De janeiro a agosto de 2023, o setor acumulou um faturamento de mais de R\$121 bilhões, cerca de R\$12 bilhões a mais que no mesmo período do ano de 2022. Já o Banco Central, citado por Albuquerque (2024), relata que estrangeiros em viagem no Brasil nunca gastaram tanto dinheiro como em 2023: foram US\$6,9 bilhões em viagens de turistas estrangeiros no país, chegando-se a um valor 39% superior ao visto no ano anterior, um novo recorde.

A Argentina segue sendo o principal país cujos turistas viajam para o Brasil, com 1,9 milhões de visitantes (32% do total), o equivalente a 96% do total de 2019. Em seguida, estão Estados Unidos, com 668,5 mil (11%); o Chile, com 458,5 mil (7,7%); o Paraguai, com 424,5 mil (7,1%); e o Uruguai, com 334,7 mil (5,6%). A França é o principal país europeu a realizar práticas turísticas em nosso país e aparece na sexta posição, com 187,5 mil turistas (3,1%); seguem-se Portugal, com 158,5 mil (3%); Alemanha, com 158,5 mil (2,6%); Reino Unido, com 130,2 mil (2,2%); e Itália com 129,4 mil (2,2%) (Embratur, 2024).

Segundo o ministro Celso Sabino, a projeção do Brasil é fruto de ações integradas que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (2024), secretarias regionais e municipais, além do *trade* turístico. Sabino destaca que o ministério está trabalhando para alavancar ainda maior crescimento, apostando em toda estrutura aérea do país, na sustentabilidade como fomento do turismo nacional e na geração de empregos para o crescimento econômico. O turismo gera milhões de empregos em todo o mundo, além de ter um impacto significativo na economia, movimentando, conforme a Agenda do Turismo Brasileiro, cerca de 9% do Produto Interno Bruto – PIB Global (Gleit, 2014).

No entanto, conforme Gieranczyk (2024), o turismo no Brasil, representa 8% do PIB e forma o segundo setor que mais gera empregos, depois da construção civil. Dados de janeiro de 2024 revelam que o turismo nacional foi responsável por criar novas vagas de empregos formais, representando 1 em cada 10 vagas no setor de serviços (Ministério do Turismo, 2024). Tal setor, no total, registrou um saldo de 80.587 postos com carteira assinada. As regiões que mais contribuíram para o emprego foram Sudeste, com 26.052 novas vagas; Sul, com 21.938; Nordeste, com 16.767; Centro-Oeste, com 12.269; e Norte, com 3.560 (Ministério do Turismo, 2024).

Jafari (1994) salienta que o turismo é um setor que ocupa muita mão de obra, beneficia outros setores e é uma alternativa econômica viável para muitas comunidades ou países. Tais atributos, de acordo com Beni (2001), elevam as condições de vida das comunidades envolvidas pelos avanços em infraestrutura e serviços, ao mesmo tempo em que estimula e favorece o crescimento de outras atividades relacionadas aos investimentos turísticos. Barretto (2014) explica que o turismo é um fenômeno social, complexo e diversificado. Ainda salienta que há diversos tipos de turismo, os quais podem ser classificados por critérios diferentes, como turismo de lazer, turismo de massa, turismo emissor, turismo nacional, turismo de eventos, enoturismo, turismo cultural, entre outros.

No entendimento de Marujo (2015), o turismo cultural pode ser entendido como aquela viagem em que os turistas procuram novos conhecimentos e experiências sobre outros povos e sociedades: aprender sobre a herança histórica, científica e artística de uma comunidade; participar em manifestações culturais [festas e outros eventos] e conviver com os anfitriões. Barretto (2014) complementa que turismo cultural é aquele que não tem como um atrativo principal um recurso natural, e sim conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. Dentre esses bens está o patrimônio histórico de uma cidade.

Patrimônio Histórico-cultural - Os turistas viajam, cada vez mais, para usufruir de lugares com importância histórica. O patrimônio histórico atrai o interesse de diversas pessoas que viajam pelo mundo para presenciar a herança da cultura de outros povos. Nesse desejo de consumo dos turistas, estão as cidades históricas que, pela sua essência, funcionam como uma das principais atrações turísticas dos nossos dias. O turista cultural, em suas viagens às cidades históricas, procura as diferenças culturais, a herança e o contato com outras culturas (Marujo, Serra & Borges, 2013). Assim, Vaquero (2006) defende que uma cidade histórica é uma joia

autêntica que deve ser conservada nas melhores condições para ser desfrutada pelas gerações futuras.

O responsável pela preservação e divulgação do patrimônio nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], é uma autarquia federal do governo do Brasil, criada em 1937, vinculada ao Ministério da Cultura (2023). Para o IPHAN (2023) o patrimônio cultural inclui monumentos, construções e sítios arqueológicos, essenciais para a memória e a identidade dos povos. A Constituição de 1988 (Brasil, 1988) ampliou esse conceito ao reconhecer bens materiais e imateriais e introduzir formas adicionais de preservação, como o registro e o inventário, além do tombamento, que foi instituído em 1937 e é voltado para a proteção de edificações e conjuntos históricos. De acordo com Duran (2023), o turismo cultural, impulsionado pelos atrativos históricos e culturais das cidades, se destaca como uma importante fonte de desenvolvimento econômico e social em diversos países. Nações como França, Itália e Espanha perceberam os benefícios dessa atividade, que, além de gerar receita e criar empregos, contribui para a conscientização, informação e educação dos cidadãos sobre sua própria cultura.

Segundo Teobaldo (2010), o turismo patrimonial surgiu como resultado do consumismo da cultura institucionalizada por meio de ações de preservação e conservação, com políticas que transformam lugares em espetáculos de valor histórico, idealizando o patrimônio das cidades. Padilha (2016) acrescenta que a preservação do patrimônio histórico busca manter viva a história, proteger a memória e garantir que ela seja transmitida para as futuras gerações. Constantino (2017) explica que o turismo patrimonial, como fenômeno socioeconômico, resulta de um plano dialético e politicamente intencional, no qual se preserva o patrimônio com o objetivo de atrair e comercializar. Esse fenômeno explora tanto a modernidade, que é dependente da tecnologia e do materialismo ligado ao progresso, quanto a necessidade humana de se conectar com o passado, valorizando o que é nostálgico, memorial e antigo.

Castrogiovanni (2013) afirma que a iniciativa privada e o Estado promovem o turismo patrimonial por meio de políticas públicas voltadas à organização, produção e promoção do espaço. Essas atividades incluem planejamento e gestão de destinos, desenvolvimento de infraestruturas e serviços urbanos, bem como a criação e comercialização de produtos turísticos. Também envolvem a estetização de áreas e a definição de marcas e estratégias promocionais que impulsionam a atração turística. Essas políticas atendem às demandas da sociedade, setores

público e privado, resultando em um sistema organizado e padronizado, transformando as cidades em grandes atrativos turísticos.

Ao abordar o turismo cultural, Gastal (1998) destaca que, ao realizar inventários turísticos, é essencial identificar os saberes gerados em uma comunidade e verificar se eles se manifestam em produtos como prédios históricos e se foram carregados de simbolismo pela comunidade, sendo necessário avaliar se esse simbolismo pode ser transmitido aos turistas. A autora também ressalta a importância de identificar objetos ou manifestações que tornem cada comunidade única, pois a cultura não é produzida para os turistas, é algo vivo, praticado diariamente pelas comunidades, incorporando saberes e simbolismo em seus produtos.

Davallon (2012) explica que, por trás de toda patrimonialização cultural, existem interesses turísticos e fins e consequências econômicas, pois é o capital financeiro que, além de mover a cadeia produtiva dos negócios turísticos, provém recursos para as políticas patrimoniais. Barretto (2007) afirma que as políticas patrimoniais podem ser vistas como estratégias governamentais para promover o turismo, sendo este um subproduto do processo de preservação: monumentos ou cidades tombadas rapidamente se tornam atrações turísticas. Jacques (2003) acrescenta que essas políticas buscam reativar economias e revitalizar cidades, inserindo-as no mapa turístico cultural mundial. No entanto, Brusadin e Silva (2012) apontam que um obstáculo ao desenvolvimento do turismo e à preservação do patrimônio é a visão de que o turismo compete, em vez de colaborar, com a preservação. A cooperação será possível quando ambos, turismo e preservação, entenderem como podem impulsionar um ao outro.

A atividade turística pode promover o desenvolvimento regional sustentável, desde que seja devidamente planejada pelo poder público, iniciativa privada e comunidade local. Cidades com patrimônio cultural e histórico como principal atrativo devem focar na conservação e gestão desses bens, permitindo que o turismo sustentável se torne um aliado na preservação do patrimônio.

Sustentabilidade - Na década de 1960, surgiram as primeiras preocupações com a sustentabilidade, com a publicação do livro *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (2010), bióloga estadunidense e defensora dos direitos dos seres vivos. A obra marcou uma mudança significativa na relação entre humanos e o mundo natural, despertando a consciência ambiental pública. Na época, os Estados Unidos estavam no auge da produção e uso de organoclorados, conhecidos hoje como poluentes orgânicos persistentes, na agricultura. O livro provocou um

debate nacional sobre o uso de pesticidas químicos, revelando seus impactos nocivos a longo prazo nos processos celulares de plantas, animais e humanos, bem como levantando questões sobre a responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico (Carson, 2010).

Carson (2010) afirma que a intervenção humana, especialmente após a Revolução Industrial, interrompeu o ciclo natural das espécies, essencial para a biodiversidade. Essa degradação, provocada pela ambição humana e pelo uso inadequado de biocidas para erradicação de pragas, causou doenças e mortes em diversas espécies, incluindo a humana. A poluição resultante afetou o ar, a terra, os rios e os mares, criando um ambiente desordenado e desequilibrado. Segundo Barbieri (2022), as sociedades atendem suas necessidades através da transformação de recursos naturais em bens e serviços. A produção global desses bens e serviços aumentou ao longo do tempo, acompanhando o crescimento populacional, mas se intensificou de forma significativa após a Revolução Industrial e, especialmente, depois da Segunda Guerra Mundial.

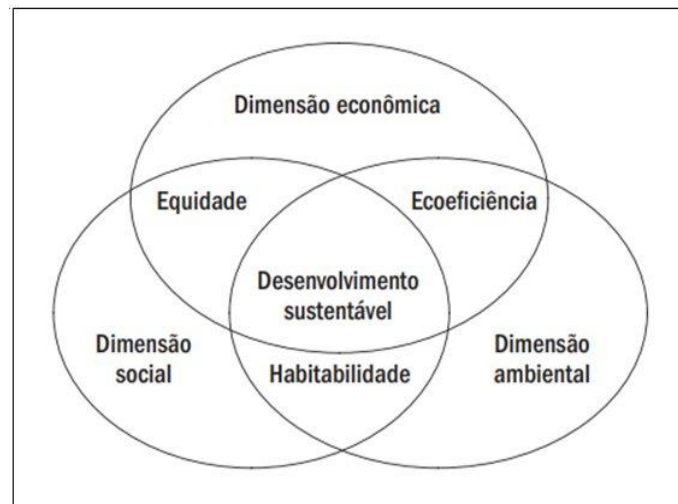
Elkington (1997) observa que a globalização torna a interação entre aspectos econômicos e sociais cada vez mais complexa. Barbieri (2022) destaca que o uso intensivo de recursos naturais para sustentar a população levou à degradação ambiental global, sem atender às necessidades atuais e futuras, sendo que ainda há uma parte significativa da população que vive na pobreza. O autor argumenta que o objetivo do movimento pelo desenvolvimento sustentável é reverter essa situação e criar um mundo mais justo e sustentável.

Em 1987 a Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988), publicou um relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, mais amplamente conhecido como Relatório Brundtland. Esse documento definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de suprirem suas próprias necessidades. De acordo com as Nações Unidas (2024), desenvolvimento sustentável é como devemos viver hoje se quisermos um amanhã melhor, atendendo às necessidades presentes sem comprometer as chances das gerações futuras atenderem às suas necessidades. Segundo Mecca et al. (2023), a sustentabilidade pode ser definida como a característica de um processo ou sistema que permite que ele exista por certo tempo ou por tempo indeterminado.

Na década de 1990, John Elkington introduziu o conceito de *Triple Bottom Line* [TBL], que integra o bem-estar social, econômico e ambiental. Proposto para expandir a agenda ambiental, o TBL visa reduzir impactos ambientais, gerar riqueza e atender às necessidades sociais e econômicas,

sendo relevante para a gestão da sustentabilidade e para o setor empresarial (Barbieri et al., 2010). Corroborando com as ideias de Barbieri et al. (2010), Oliveira et al. (2019) identificam os pilares do tripé da sustentabilidade como: o pilar social, relacionado à manutenção da qualidade de vida da população, englobando conceitos como educação, saúde e igualdade; o pilar ambiental, que abrange a compatibilidade entre a produção, o consumo e a capacidade do meio ambiente; e, por último, o pilar econômico, que se refere à manutenção dos resultados financeiros e ao progresso tecnológico. Assim, o desenvolvimento sustentável é estabelecido por meio de ações que integram esses pilares. A Figura 1 demonstra o desenvolvimento sustentável, que é instituído a partir de ações que contemplam os três pilares.

Figura 1. Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Adaptado de Barbieri (2022).

As Nações Unidas (2024) demonstram que os três pilares apenas de suas especificidades devem ser mantidos concomitantemente: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental: uma economia pode crescer rapidamente, mas apenas por um tempo se a maioria das pessoas permanecer pobres e todos os recursos naturais forem usados, por exemplo. Muitas organizações passaram a comunicar seus desempenhos econômico, ambiental e social e suas inter-relações baseadas no conceito dos três pilares da sustentabilidade. Aliás, o crescente número de leis e regulamentações, criadas nos últimos anos, faz com que as questões sustentáveis se tornem praticamente obrigatórias para as organizações (Isenmann; Bey & Welter, 2007).

A NBR 15401 (2014), *Meios de hospedagem - Sistema de gestão da sustentabilidade - Requisitos*, indica que, para a gestão da sustentabilidade, é essencial identificar e mapear os aspectos e impactos das atividades operacionais nas dimensões ambiental, sociocultural e econômica (ABNT, 2024). Os aspectos são as características dos processos, enquanto os impactos são seus resultados. Deve-se controlar apenas os aspectos e impactos relevantes, priorizando os que são exigidos por lei ou críticos para o negócio. É recomendado estabelecer indicadores de desempenho mensuráveis para monitorar e avaliar a eficácia dos objetivos de sustentabilidade e assegurar um controle eficaz de atividades e seus impactos.

Segundo a ABNT (2024), as cidades necessitam de indicadores para mensurar o seu desempenho de forma a serem padronizados, consistentes e comparáveis entre si, buscando garantir qualidade de vida e sustentabilidade na implantação de políticas, programas e projetos que atendam às necessidades de seus habitantes. Sendo assim, a ABNT desenvolveu um processo de certificação por indicadores para cidades inteligentes, resilientes e sustentáveis, baseado nas normas ABNT NBR ISO 37120 (2020), *Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida*; ABNT NBR ISO 37122 (2020), *Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para cidades inteligentes*; e ABNT NBR ISO 37123 (2021), *Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para cidades resilientes*; cujo objetivo principal é ajudar as cidades a atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico com dados comparativos globais.

Esse processo permite avaliar o desenvolvimento urbano sustentável, fornecer dados para investimentos em infraestrutura, monitorar o desempenho dos serviços urbanos e a qualidade de vida ao longo do tempo. Além disso, facilita a troca de informações e projetos por meio do compartilhamento de dados, permitindo comparações através de diversos indicadores de desempenho (ABNT, 2024). Em 2015, os líderes mundiais adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] para garantir um planeta saudável e próspero. Segundo as Nações Unidas (2024), esses objetivos visam acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e assegurar paz e prosperidade para todos. Desde então, a ONU e seus parceiros no Brasil têm trabalhado para alcançar esses objetivos e enfrentar os principais desafios de desenvolvimento.

Dentre esses objetivos, um deles se evidencia em relação a esta pesquisa: de até 2030, elaborar e programar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a

cultura e os produtos locais, promovendo o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos, conforme descreve o Objetivo 8 (Nações Unidas, 2024).

ESG (Ambiental, Social e Governança) - A sigla ESG é derivada da expressão em inglês Environmental, Social and Governance. Segundo a Prática Recomendada: ABNT PR 2030: Ambiental, Social e Governança (ESG) a origem do termo ESG e seu conceito foram sugeridos em um primeiro momento pela “iniciativa WhoCares Wins, do Pacto Global da ONU em parceria como Banco Mundial, em junho de 2004, como uma forma de focar os principais investidores e analistas na materialidade e na interação entre as questões ambientais, sociais e de governança” (ABNT, 2022, p.11).

A Prática Recomendada ESG “resume a proposta de que um negócio deve ser avaliado não só pelos critérios usuais do mercado, como rentabilidade, segurança, competitividade, resiliência, mas também pelos seus atributos ambientais, sociais e de governança corporativa” (Belink, 2021, p.38). O autor salienta que a crescente complexidade dos problemas globais, em conjunto com as pressões específicas desses campos, está moldando um novo paradigma para os negócios e ainda que as empresas que não tiverem um bom desempenho ESG tenderão a perder participação de mercado, enquanto as que se destacarem por práticas mais sólidas serão cada vez mais reconhecidas. Apoiado nisso, a busca por critérios ESG para direcionar investimentos, projetos e esforços é cada vez mais comum entre investidores, gestores e líderes empresariais (Belink, 2021). Ifrain e Cierco (2022) explicam que o ESG avalia o impacto ambiental, social e de governança das empresas, ou seja, em três eixos da sustentabilidade, oferecendo mais transparência aos investidores. Cada um desses pilares abrange uma série de aspectos que refletem o impacto e o compromisso das empresas com essas dimensões. Veja alguns exemplos de acordo com o IDESG (2023):

Ambiental: Diz respeito à forma como as empresas lidam com os recursos naturais. Refere-se a ações que visam a proteção do meio ambiente, assim como a redução dos impactos negativos causados pelo uso irresponsável dos recursos naturais. São pontos a se considerar: Preservação da biodiversidade; Combate ao desmatamento; Descarte adequado de dejetos e reciclagem; Combate ao aquecimento global e redução da emissão de carbono; Gestão de resíduos; Diminuição da poluição; Consumo consciente da água; Uso de energias renováveis.

Social: O segundo termo que forma a sigla ESG refere-se à preocupação com o bem-estar coletivo, de assumir um compromisso com a sociedade. Basicamente, é aliar o desenvolvimento econômico ao social. Algumas práticas relacionadas a esse pilar são: Representatividade e inclusão de minorias; Valorização dos funcionários; Combate a questões como preconceitos, misoginia, assédio sexual...; Promoção do bem-estar no ambiente de trabalho; Combate a trabalhos infantis e análogos à escravidão; Criação e desenvolvimento de projetos sociais; Cumprimento das leis trabalhistas e dos direitos humanos.

Governança: O terceiro e último pilar está relacionado às práticas de administração e governança da empresa, como por exemplo: Adoção de boas práticas administrativas; Criação de canais de denúncia; Independência do conselho administrativo; Política de transparência; Apresentação de relatórios financeiros; Diversidade no conselho; Responsabilidade fiscal; Combate à corrupção; Gestão de riscos; Critérios transparentes sobre remuneração e planos de carreira.

A Prática 2030 da ABNT (2022) enfatiza que as questões ESG, apesar de serem analisadas de forma individual, estão profundamente interligadas e influenciam uma ampla gama de fatores, como os sociais, tecnológicos, políticos, ambientais e econômicos. As organizações que buscam a sustentabilidade devem considerar essa complexidade e os riscos e oportunidades que ela apresenta.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva com estudo de caso único e de abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação em detalhe, permitindo abranger com clareza as características de um indivíduo, um grupo ou uma situação, bem como desvendar a relação entre os eventos (Pedroso et al., 2017). Esta pesquisa, de acordo com Diana (2023), visa descrever algo; para isso, é feita uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo.

Na pesquisa qualitativa, é possível extrair dados mais subjetivos, com perguntas abertas, permitindo conhecer mais sobre o indivíduo. Ela é mais utilizada com pequenas amostragens, e muitas vezes abre novas opções e ideias, que não se conseguiria com uma pesquisa quantitativa, pela sua natureza fechada (Diana, 2023). Segundo Rego et al. (2019), na abordagem qualitativa,

a investigação tem como objetivo típico a descoberta de elementos contextualmente específicos e trabalha normalmente com pequenos números. Diana (2023) relata que a pesquisa qualitativa reúne dados que são coletados de forma de narrativa, como diários, questionários abertos, entrevistas e observações que não são codificadas usando um sistema numérico.

Para a coleta de dados, utilizou-se de informações contidas no *site* da Prefeitura de Pelotas, em documentos que registram a história da cidade como livros, jornais e periódicos. A coleta também se deu por meio do Informe Estatístico do Turismo de Pelotas 2024, ano base 2023 (Pelotas, 2024) e de entrevista semiestruturada com a chefia do departamento de planejamento e projetos turísticos de Pelotas.

Caracterização do objeto de estudo Pelotas - A Cidade de Pelotas, por sua localização geográfica, encontra-se situada no sudeste do estado do Rio Grande do Sul do Brasil, às margens da Lagoa dos Patos, conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2. Mapa do Rio Grande do Sul evidenciando a cidade de Pelotas



Fonte: Mapas do Mundo (2024).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), dados do ano de 2022, último censo, Pelotas possui área territorial de 1.608,780 km², população de 325.685 pessoas e

densidade demográfica de 202,44 habitantes por km². Já com dados do ano de 2021, a cidade apresenta um PIB *per capita* de R\$31.347,6, sendo importante destacar que o município subiu do 9º para o 8º lugar no *ranking* das dez maiores economias do Rio Grande do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Pelotas, objeto de estudo, dispõe de um patrimônio cultural diferenciado em termos de quantidade e qualidade de exemplares arquitetônicos de influência europeia, havendo diversas edificações tombadas ou inventariadas como patrimônio histórico e cultural. São considerados patrimônio histórico e artístico nacional, reconhecido em 2018 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e como patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2006, Pelotas foi eleita pela *Revista Aplauso* como a cidade Capital da Cultura do interior do estado (Pelotas, 2022). Os bens tombado pelo IPHAN (2023) que compõem o Conjunto Histórico de Pelotas apresentam valor histórico diretamente relacionado a, pelo menos, dois momentos de desenvolvimento econômico regional: o do charque (1800 a 1900) e o do início da industrialização (1900 a 1930).

O desenvolvimento econômico de Pelotas impulsionado pela produção de charque deu as condições para o crescimento urbano da cidade. Os charqueadores ricos, em busca de um local para promover uma vida cultural e social vibrante, transformaram o núcleo colonial existente, influenciados pelos modelos europeus, especialmente de Paris. Devido ao cheiro desagradável do charque nas fazendas, os proprietários se mudaram para áreas afastadas e adaptaram o núcleo ao estilo eclético europeu da época, resultando em uma cidade culturalmente valorizada e com identidade própria (Prefeitura Municipal de Pelotas, n.d.; Magalhães, 1994; Gutierrez, 2004; Almeida & Bastos, 2006). Na arquitetura da cidade, Almeida e Bastos (2006) relatam que é possível identificar duas fortes correntes histórico-culturais de formação: uma que representa o período colonial, às margens do Arroio Pelotas, onde se encontram localizadas as charqueadas; e outra de período eclético, localizada no Centro Histórico da cidade, correspondente aos primeiros loteamentos urbanos.

Atualmente, o patrimônio do Pelotas se constitui de charqueadas, o entorno da Praça Coronel Pedro Osório, igrejas, museus e diversos outros prédios. Os prédios têm influência francesa e portuguesa. De acordo com a Prefeitura Municipal de Pelotas (2022), a praça e os prédios situados no Centro Histórico da cidade são: Praça Coronel Pedro Osório, Antigo Prédio Banco do

Brasil, Mercado Público, Biblioteca Pública Municipal, Casa de Pompas Fúnebres Moreira Lopes, Casarão 6, Casarão 8, Casas Geminadas 1 e 3, Clube Caixeiral, Grande Hotel, Prefeitura Municipal, Catedral São Francisco de Paula, Clube Comercial, Teatro Guarani e o Teatro Sete de Abril. O Casarão 8 abriga o Museu do Doce de Pelotas. Além das praças José Bonifácio, Coronel Pedro Osório, Piratinino de Almeida, Cipriano Barcelos, estão protegidos pelo tombamento do IPHAN: Teatro Sete de Abril, Catedral de São Francisco de Paula, Grande Hotel, Biblioteca, Paço Municipal, Mercado Municipal, Casa 2, Casa 6 (Museu da Cidade de Pelotas), Secretaria de Finanças, Fonte das Nereidas, Largo do Mercado, Beco das Artes, Beco dos Doces e das Frutas, Parque Dom Antônio Zattera, Charqueada São João e a Chácara da Baronesa (IPHAN, 2023). A ‘cidade dos doces’, como é conhecida, é integrante do patrimônio cultural do estado por seus doces artesanais (Carvalho, 2011), dando origem à Feira Nacional do Doce (Fenadoce).

Quanto ao propósito de pesquisa, analisar a gestão do turismo e a sua sustentabilidade voltada para o patrimônio histórico-cultural da cidade de Pelotas, identificou-se quanto a essa gestão que somente existe um Plano Municipal de Turismo e um Informe Estatístico do Turismo de Pelotas como ferramentas de gestão, a seguir o que cada um apresenta:

Plano Municipal de Turismo: Elaborado em 2017 e tem atuação até 2024, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, e as instituições pertencentes ao Conselho Municipal de Turismo [Comtur] (Pelotas, 2024). O documento divide-se em seis sessões: Justificativa e objetivos; Metodologia de elaboração; Apresentação da matriz SWOT: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças; Diagnóstico dos aspectos gerais do turismo de Pelotas: Contextualização histórica do município, diagnóstico dos aspectos gerais do turismo de Pelotas, dados socioeconômicos, análise da oferta, da demanda e dos Canais de Comercialização do destino e, por fim, as estratégias, ações e seu cronograma para o desenvolvimento do turismo.

As ações do planejamento atuam em três eixos no setor turístico da cidade: sensibilização, divulgação e infraestrutura. São suas atribuições: Promover e divulgar os atrativos turísticos de Pelotas, dentro e fora da cidade; Celebrar convênios para seu desenvolvimento enquanto polo turístico; Estimular a atividade turística com suas cidades-irmãs, bem como com os países-membros do Mercosul; Auxiliar na normatização do setor e das entidades que dele fazem parte; contribuir para a sensibilização da população local da importância do turismo, estimulando a sua inclusão; Assessorar e divulgar empreendimentos ligados ao turismo; Atuar na

infraestrutura turística através de projetos, ações e parcerias públicas e privadas; Auxiliar na captação de eventos para a cidade e promover a valorização da cultura local; Propor, analisar e apoiar projetos voltados ao desenvolvimento do turismo.

Notou-se que no Plano Municipal de Turismo (Pelotas, 2024) não existe um plano de *marketing* formal, o que se tem é a promoção por meio da divulgação do município, como: “Mapa Turístico de Pelotas” “Encante-se com Pelotas”, “Livreto Pelotas Turismo”, “Pelotas para visitar, morar e investir”; aplicativo para Android e iOS Pelotas, que mostra os roteiros turísticos e a rota pelos prédios do centro histórico; *flyer* de divulgação do aplicativo Pelotas Tem, o portal Pelotas Turismo e redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter). Além disso, se promove o destino com a participação em feiras e eventos do setor de turismo nacional e internacional, com destaque para os eventos em comemoração aos 200 anos de Pelotas em Brasília, Porto Alegre, Montevidéu e Buenos Aires.

Verificou-se que Pelotas possui material promocional institucional em diversos idiomas, uma agenda de eventos disponível nos *sites* da Prefeitura e da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (SETUR/RS), informações turísticas na página institucional do município e uma página promocional de turismo. No entanto, contatou-se que não há um inventário turístico detalhado da cidade. O município apenas fornece informações sobre a oferta de produtos turísticos.

Informe Estatístico do Turismo de Pelotas 2024, referente ao ano base 2023 (Pelotas, 2024): Fornece dados para monitorar e fomentar o turismo na cidade. Esses dados incluem: perfil do público atendido no Centro de Atenção ao Turista; fluxo de visitantes, tempo de permanência e meio de transporte utilizado; movimentação de passageiros no terminal aéreo e registro de excursões; utilização de agências de viagem, motivos da viagem e plano de divulgação; informações sobre leitos ofertados em hotéis e no AirBnB; dados das Atividades Características do Turismo (ACTs), abrangendo serviços como alimentação, hospedagem, agências de viagem, cultura e lazer, transporte terrestre e aéreo, locadoras de veículos e transporte aquaviário.

O informe também apresenta dados sobre arrecadação, emprego e rendimento médio nas ACTs, assim como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para as ACTs, que revela o trabalho formal nessas atividades. Sendo assim, como se observa os resultados desta pesquisa, a cidade ainda não possui um planejamento gerencial do turismo voltado para a sustentabilidade nas três inserções: econômica, social e ambiental e também para o ESG.

Verificou-se que no Plano Municipal de Turismo é trabalhado apenas um item que é contribuir para a sensibilização da população local da importância do turismo, estimulando a sua inclusão. Da mesma forma constatou-se que o Informe Estatístico do Turismo de Pelotas, em relação à sustentabilidade, ele apenas divulga alguns dados econômicos e sociais das ACTs, como o trabalho nas atividades turísticas. Assim, diante disso seriam apenas estes resultados referentes à sustentabilidade social, pois atualmente, não há um mapeamento dos aspectos e impactos das atividades turísticas em Pelotas nas dimensões ambiental, sociocultural e econômica e nem mesmo uma governança do turismo baseada na prática ESG.

É relevante que na gestão do turismo exista planejamento sustentável e que trabalhe com os princípios do ESG, pois de acordo com o Ministério do Turismo (2023), a construção de um futuro sustentável para o turismo nas regiões depende de uma gestão colaborativa que harmonize os interesses diversos, buscando soluções inovadoras para fortalecer o turismo responsável, priorizando a segurança, o bem-estar das comunidades locais e o desenvolvimento social. (Ministério do Turismo, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Pelotas é conhecida por sua cultura, comprovada por meio da sua arquitetura e das diversas edificações tombadas ou inventariadas como patrimônio histórico e cultural. Possui também diversas opções de entretenimento, como: teatros, salas de cinema, clubes sociais, museus, salas de exposições, que reforçam sua identidade cultural e sua fama como destino turístico cultural. A valorização do patrimônio cultural vem ganhando muito destaque nos últimos anos, criando um debate do uso turístico desse patrimônio e a troca existente entre esses dois setores.

Diante do exposto, com base nas análises realizadas na pesquisa, Pelotas está, assim, desenvolvendo seu destino turístico através de diretrizes que incluem a exploração do Centro Histórico e do seu patrimônio cultural, além de divulgações nacionais e internacionais. Quanto ao objetivo desta pesquisa que é analisar a gestão do turismo e a sua sustentabilidade voltada para o patrimônio histórico cultural da cidade de Pelotas, conclui-se: Na sua gestão do Turismo não existe um planejamento com indicadores para avaliar o desempenho e assegurar a qualidade de vida de seus moradores quanto à sustentabilidade, contemplados os três pilares econômico, social e ambiental e nem mesmo a Prática 2030 relacionada ao ESG. O que existe

são alguns tópicos relacionados à sustentabilidade social dentro de um plano Municipal do Turismo e do Informe Estatístico do Turismo de Pelotas 2024.

O turismo, ao ser conciliado com a preservação ambiental e o respeito às culturas locais, torna-se uma ferramenta poderosa, substituir para o desenvolvimento sustentável. Ao adotar práticas que minimizam os impactos negativos e maximizam os benefícios, o turismo pode gerar riqueza, promover a inclusão social e proteger o patrimônio natural e cultural para as futuras gerações. O ESG no turismo é um caminho para um futuro mais justo, equitativo e próspero para todos. Ao adotar práticas ESG, o turismo pode contribuir para a preservação do planeta, o desenvolvimento das comunidades locais e a satisfação dos visitantes.

O propósito do planejamento é estruturar e ordenar o turismo na cidade de forma harmoniosa com o meio ambiente e com as melhorias nas condições socioeconômicas por meio do fortalecimento dos pontos fortes, trabalhando os pontos fracos e os estrangulamentos atuais e futuros, para assim posicionar o município como um destino cultural competitivo, de qualidade e sustentável. Como indicação para pesquisas futuras seria relevante um contraponto da gestão, realizar um estudo com a visão de atores turísticos que não possuam relação direta com questões de ordem político/institucional.

797

REFERÊNCIAS

- Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. (2024, 18 jan.). Brasil supera estimativa da OMT com chegada de quase 6 milhões de turistas em 2023. *EMBRATUR*. [Link](#)
- Albuquerque, M. (2024, 05 fev.). Turismo internacional movimentou recorde de US\$ 6,9 bi na economia brasileira em 2023. *CNN Brasil*. [Link](#)
- Almeida, L. M., & Bastos, M. S. (2006). A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. *Revista CPC*, 1(2), 96-118. [Link](#)
- Ambitur. (2023, 18 dez.). *OMT: O turismo internacional prestes a fechar em 2023 perto de 90 % dos níveis pré-pandemia*. [Link](#)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]. (2022). *ABNT PR 2030: Ambiental, social e governança (ESG) - Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações ABNT*. [Link](#)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]. (2024). *Normas publicadas*. [Link](#)
- Barbieri, J. C. (2022). *Desenvolvimento Sustentável: das Origens à Agenda 2003*. Vozes.

- Barbieri, J. C., Vasconcelos, I., F., G., Andreassi, T., & Vasconcelos, F. C. (2010). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *RAE*, 50(2), 146-154. [Link](#)
- Barretto, M. (2007). *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. São Paulo: Papirus.
- Barretto, M. (2014). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Papirus.
- Beni, M. C. (2001). A Serra Gaúcha e seu potencial para conversão em cluster turístico. In M. Barreto, & M. Rejowski. (org.), *Turismo: interfaces, desafios e incertezas* (pp. 105-113). EDUCS.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República. [Link](#)
- Brasil. (2023). *Turismo responsável - dimensão Turismo Sustentável: levantamento e sistematização das políticas, programas e projetos desenvolvidos em âmbito nacional e estadual*. Brasília: Ministério do Turismo. [Link](#)
- Brasil. (2024, 15 mar.). Turismo é responsável por 1 em cada 10 novas vagas de emprego no setor de Serviços, em janeiro de 2024. *Ministério do Turismo* [Link](#)
- Brusadin, L. B., & Silva, R. H. T. (2012). O uso turístico do patrimônio cultural em ouro preto. *Revista de cultura e turismo. Cultur*, 6(1), 69-89. [Link](#)
- Castrogiovanni, A. C. (2013). Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. *Revista Rosa dos Ventos*, 5(3), 381-389. [Link](#)
- Carson, R. (2010). *A primavera silenciosa*. Melhoramentos.
- Carvalho, M. (2011). *O turismo daqui para o mundo*. Doces de Pelotas – Patrimônio cultural da humanidade. [Link](#)
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD]. (1988). *Nosso futuro comum*. Fundação Getúlio Vargas.
- Constantino, M. (2016). *O espetáculo turístico do patrimônio cultural da humanidade: preservar para atrair os consumidores de passado*. [Tese de Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas]. [Link](#)
- Davallon, J. (2012). Comment se fabrique le patrimoine: des regimes de patrimonialisation. In C. Khaznadar et al. (coord.), *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* (pp. 41-57). Maison des Cultures du Monde.
- Diana J. (2023). Quais as diferenças entre pesquisa descritiva, exploratória e explicativa. *Diferença*. [Link](#)

Chiattonne, M. V. (2024). O patrimônio histórico cultural de Pelotas/RS com o olhar do Turismo e da Sustentabilidade. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 16(4), 780-801. <http://dx.doi.org/10.18226/>

- Duran, L. D. (2023). Patrimônio, Cultura e Poder: um ensaio sobre o turismo patrimonial, o caso de Santos. *Patrimônio: Lazer & Turismo: Revista Eletrônica Mestrado em Administração*, s/p. [Link](#)
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Capstone.
- Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. M. Books.
- Gastal, S. (1998). Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In S. Gastal (org.), *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer* (pp. 100-112). EDIPUCRS.
- Gieranczyk, L. (2024, 28 fev.). *O turismo "promete" em 2024?*. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. [Link](#)
- Grupo de Lideranças Empresariais da Indústria do Turismo [GLEIT] (comp.). (2014). *Agenda do turismo brasileiro: reivindicações da indústria do turismo*. Panrotas.
- Gutierrez, E. B. (2004). *Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. UFPEL.
- Ifrain, R. F., & Cierco, A. A. (2022). *Governança, ESG e Estrutura Organizacional*. São Paulo: Actual.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. (2018). *Tradições Doceiras de Pelotas (RS) são reconhecidas como Patrimônio Imaterial do Brasil*. [Link](#)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. (2023). *Patrimônio Mundial Cultural e Natural*. [Link](#)
- Isenmann, R., Bey, C., & Welter, M. (2007). Online reporting for sustainability issues. *Business Strategy and the Environment*, 16, 487-501. [Link](#)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2023). *Cidades: Pelotas*. [Link](#)
- Jafari, J. (1994). La cientificación del Turismo. *Estudios e perspectivas en Turismo*, 3(1). 7-36.
- Jacques, P. B. (2003). Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 6(1), 32-39. [Link](#)
- Mapas do Mundo. (2024). *Onde está Pelotas*. [Link](#)
- Magalhães, M. O. (1994). *Pelotas: Século XIX*. Livraria Mundial.
- Marujo, N. (2015). *O estudo acadêmico do turismo cultural*. *Turydes: Revista Turismo y Desarrollo Local*, 8(18), 1-18. [Link](#)

Chiattonne, M. V. (2024). O patrimônio histórico cultural de Pelotas/RS com o olhar do Turismo e da Sustentabilidade. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 16(4), 780-801. <http://dx.doi.org/10.18226/>

- Marujo, M. N., Serra, J., & Borges, M. R. (2013). Turismo cultural em cidades históricas: a cidade de Évora e as motivações do turista cultural. *Turydes: Revista Turismo y Desarrollo Local*, 6(14), 1-10. [Link](#)
- Mecca, M. S., Oliveira, F. M., Witt, A. C. V., & Velho, F. D. (2023). Sustentabilidade e ESG (environmental, social and governance): Estudo das operações turísticas de uma pousada na serra gaúcha. *Turismo, Visão e Ação*, 25(3), 425-444. [Link](#)
- Nações Unidas. (2024). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. [Link](#)
- Oliveira, S. V. W. B., Leoneti, A. B., & Cezarino, L. O. (Org.). (2019). *Sustentabilidade: Princípios e Estratégias*. Manole.
- Padilha, M. N. (2016). Turismo, Patrimônio Histórico e Transformações Socioespaciais em Cidades Tombadas: o caso de Paraty. *Revista Rosa dos Ventos*, 8(4), 435-450. [Link](#)
- Pedroso, J. S., Silva, K. S., & Santos, L. P. (2017). Pesquisa Descritiva e Pesquisa Prescritiva. *Revista da Jornada de Iniciação Científica e Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz*, 9(9). [Link](#)
- Pelotas. (n.d.). *Manual do Usuário de Imóveis Inventariados - Parte 1*. [Link](#)
- Pelotas. (2022). *Pelotas: um doce de cidade*.
- Pelotas. (2024). *Plano Municipal de Turismo - Pelotas/RS: 2017-2024*. [Link](#)
- Pelotas (2024). *Informe Estatístico do Turismo de Pelotas 2024, ano base 2023*. Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação (SDETI).
- Rego, A., Cunha, M. P. E., & Meyer Jr., V. (2019). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 17(2), 43-57. [Link](#)
- Teobaldo, I. N. C. (2010). A cidade espetáculo: efeito da globalização. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 10, 137-148. [Link](#)
- Vaquero, M. C. (2006). *La ciudad histórica como destino turístico*. Ariel.

800

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 9 SET 24. Aceito: 4 NOV 24